SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/2015 - Telesíntese

Anatel muda multa de R$ 5 mi para R$ 22 milhões contra a Oi

Um processo contra a Oi por falta de comunicação de reorganização societária foi arquivado, reaberto, multado, e, por fim, a multa foi majorada

A Anatel publicou hoje, 27, no Diário Oficial da União multa no valor de R$ 22 milhões contra a Oi (que não poderá ser incluída na negociação do TAC) por ela não ter feito a comunicação prévia de uma reorganização societária. Esta multa terá que ser paga, ou contestada na justiça, pois ela não poderá fazer parte daquelas que podem ser incluídas nos processos que irão transformar multas em investimentos e que estão em discussão com a agência reguladora.

O processo remonta a 2008, quando os sócios da Oi encerraram alguns dos veículos de controle – as empresas ASSECA, ALUTRENS e LEXPART – que deixaram o grupo- e suas participações acionárias foram divididas entre as demais empresas constantes do Grupo de Controle (AGTelecom, BNDESPar, Fiago Participações, Fundação Atlântico e LaFonte).

Antes da reformulação da agência, há dois anos, cada fiscalização era feita por serviço. Assim, a superintendência de serviços público abriu um Pado (processo para aplicar punição às empresas), a de superintendência de serviços privados, abriu outro Pado. No ano seguinte, a superintendência de Comunicação de Massa (pois a Oi tinha a concessão de TV a cabo de Belo Horizonte, Way TV), abriu o seu próprio processo de punição para a mesma falta de comunicação da mudança societária.

Para se defender, a empresa justificou que não pediu a anuência prévia da Anatel, porque não era uma transferência de controle acioniário, mas uma reorganização societária. Este argumento convenceu duas superintendências, que resolveram arquivar os seus processos. Mas não convenceceu a terceira superintendência.

Em 2012, parecer da ex-conselheira Emilia Ribeiro, entendeu que um mesmo fato pode sofrer multas distintas, pois referem-se a serviços distintos, e com isto, o último processo continuou a tramitar. Por fim, a área técnica calculou a aplicação de multa no valor de R$ 5,7 milhões, que foi corrigida pela procuradoria, e acatada pelo conselho diretor, em decisão publicada hoje, para R$ 22,8 milhões.

24/04/2015 - Convergência Digital

Jorge Bittar é o novo presidente da Telebras

Conforme antecipou o portal Convergência Digital no último dia 15 de abril, o ex-deputado federal Jorge Bittar (PT-RJ) é o novo presidente da Telebras. Comunicado foi enviado nesta sexta-feira, 24/04. à Comissão de Valores Mobiliários. Indicação foi feita pelo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini.

Bittar terá a missão de conduzir, como executivo da estatal do setor de telecom, a nova etapa do Plano Nacional de Banda Larga. A questão é que ele deverá lidar com o corte de verbas no orçamento 2015. Jorge Bittar é da área de Telecomunicações.

'Ele é engenheiro formado pelo ITA e durante 22 anos foi dos quadros da Embratel, ainda estatal, quando ingressou no movimento sindical e depois no PT. Bittar assume no lugar de Francisco Ziober Filho, que respondeu interinamente pela estatal.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/2015 - Telesíntese

Anatel vai continuar a monitorar o equilíbrio econômico da Sercomtel

No estudo sobre o equilíbrio econômico-financeiro da concessão de 2013 da operadora Sercomtel, a agência reguladora aponta "ausência de indícios de deteriorização da concessionária". O relatório, que foi aprovado na última reunião do conselho diretor, indica, porém, a necessidade de a agência continuar a monitorar a empresa no período de 2014.

Devido a difícil situação da empresa, a Anatel havia decidido, em 2013, adotar três medidas para sobre o desempenho econômico-financeiro da Sercomtel: a) acompanhamento das ações de reestruturação e fortalecimento das condições econômicas; b) Ações de fiscalização sobre a continuidade das operações da concessão; e c) estabelecimento de métricas para a avalição das condições da concessionária.

A área técnica considerou satisfatória as medidas adotadas pela operadora de Londrina, que, entre outras, concluiu a incorporação das operações móveis; executou o programa de desligamento voluntário e encerrou as operações de TV por assinatura em Maringá.

Em relação ao desempenho do ano passado, a agência entende que o monitoramento das ações devem continuar e que "na hipótese de constatada situação que demande medidas de outra natureza além do simples acompanhamento que sejam eventualmente coercitivas sobre a concessionária encaminhem suas proposições a este Conselho Diretor, nos moldes previstos pelo Regimento Interno da Agência, com a maior brevidade possível".

27/04/2015 - CUT

Por todo o Brasil, 50 anos da Globo são "descomemorados"

"É uma emissora que prega a liberdade de expressão, mas não a faz na prática"

Roberto Parizotti Em São Paulo, manifestantes caminharam até a porta da Rede Globo

No último domingo (26), a CUT e diversos movimentos sociais, em todo o Brasil, organizaram atos para "descomemorar" os 50 anos da Rede Globo. As manifestações serviram para relembrar episódios em que a emissora carioca manipulou informações e prestou um desserviço ao País, como no apoio à ditadura.

Em São Paulo, os manifestantes se reuniram na praça General Gentil Falcão, na zona sul, para seguirem em caminhada até a porta da Rede Globo. "É uma emissora que prega a liberdade de expressão, mas não a faz na prática. Prega a diversidade, mas não a faz na prática. Agindo assim a rede Globo deslegitima qualquer processo em defesa da democracia", afirmou Rosane Bertotti, secretária nacional de Comunicação da CUT e coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O surgimento da Globo já denota a quem ela deveria servir. Fundada no princípio da ditadura militar no Brasil, em 1965, a emissora carioca não poupou esforços para legitimar o regime golpista. Antes, a família Marinho já havia sido atacada pelos brasileiros após o suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas, perseguido pelo jornal "O Globo" até o momento de sua morte.

Durante o ato, os manifestantes lembraram que a emissora carioca criminaliza os movimentos sociais e as centrais sindicais. "Nós sempre somos tratados como 'vândalos', nossos atos estão sempre vazios e os discursos são manipulados pelos repórteres deles", lembrou Jussara Basso, da coordenação nacional do MTST. "Como concessão pública, eles deveriam transmitir ao povo o que está acontecendo, eles devem satisfação ao povo, mas mentem e não são cobrados por isso."

Veridiana Alimonti, do coletivo Intervozes, também criticou o comportamento da emissora com as lutas populares. "Desde o início nunca se preocupou com diversidade e pluralidade. Embora os movimentos sociais há muito tempo pressionam por uma programação mais diversificada, que não criminalize os movimentos sociais, que não trate a mulher apenas como mercadoria, entre outros. Mas o debate sempre tem dificuldade de avançar porque é sempre tratado pelos meios de comunicação, especialmente, pela Globo, como censura."

Em São Paulo, passava das 18h quando os manifestantes chegaram à porta da Globo. O direito de resposta que Brizola conquistou na Justiça, e que foi lido ao vivo no Jornal Nacional por Cid Moreira, foi reprisado na rua. No muro da emissora, pichações lembraram o comprimisso da família Marinho com a ditadura militar. "Globo Golpista" e "Assassina" foram outras expressões escritas na parede.

Por todo o País, os 50 anos da Rede Globo foram "descomemorados" durante manifestações populares.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/2015 - CUT

Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial

Número de brasileiros que vivem com até 7,5 reais por dia cai para 4% entre 2001 e 2013

O Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e fez isso mais rápido que seus vizinhos. A afirmação é do Banco Mundial, que em seu último relatório ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. O estudo "Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe" acrescenta que a renda de 60% dos brasileiros aumentou entre 1990 e 2009 e que o Brasil é um dos exemplos mais brilhantes de redução de pobreza na última década.

"Ao todo 25 milhões de pessoas deixaram de viver na pobreza (extrema ou moderada), isso representa uma em cada duas pessoas que saíram da miséria na América Latina e no Caribe entre 1990 e 2009. Os autores explicam que, até 1999, os índices de pobreza extrema no Brasil e no restante da região eram semelhantes e rondavam os 26%. Foi em 2012 que a instituição começou a observar uma maior redução em território brasileiro: 9,6% ante 12% do restante do continente.

A instituição explica as causas dos bons resultados, em um momento em que um Brasil estagnado batalha para não entrar em recessão. A primeira é o crescimento econômico a partir de 2001, iniciado durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, "bastante mais estável que o registrado durante as duas décadas anteriores". Em segundo lugar são elogiadas as políticas públicas que têm como objetivo a erradicação da pobreza, como o Bolsa Família, que oferece uma modesta renda mensal em troca da escolarização dos filhos, ou o Brasil sem Miséria, pensado para os mais pobres. Em último lugar se destaca o mercado de trabalho nacional, onde as taxas de emprego formal aumentaram 60% e a evolução do salário mínimo, hoje de cerca de 260 dólares (788 reais).

"O crescimento, modesto mas contínuo, tornou-se mais inclusivo graças a políticas fortemente enfocadas na redução da pobreza e a favor de um mercado de trabalho forte", afirma o relatório, que adverte que o desafio ainda não acabou: "Embora o país tenha eliminado quase por completo a pobreza extrema na última década, 18 milhões de brasileiros continuam vivendo na pobreza, um terço da população não conseguiu acessar a classe média e se mantém economicamente vulnerável".

Brasil e México têm metade da população latino-americana extremamente pobre, mais de 75 milhões de pessoas. A desigualdade, acima da média da região, é outro aspecto para o qual alerta o Banco Mundial: "O 0,1% mas rico da população brasileira fica com 13% da renda, mais do que os 11% que chegam aos 40% mais pobres". Os motivos que levam o Brasil a manter uma enorme disparidade social estão na má qualidade dos serviços públicos, o que os autores do relatório chamam de "estagnação da produtividade". O conceito se explica pelo contexto de "baixo nível de investimento, infraestrutura precária, pouca especialização dos trabalhadores e um ambiente de negócios que não favorece o setor privado e a concorrência" em que o Brasil está mergulhado.

Entre as recomendações do Banco Mundial para continuar enfrentando a pobreza apesar do fraco crescimento econômico está a de não aumentar os impostos. A arrecadação equivale hoje a 33% do PIB e é uma das mais altas do mundo. Os autores sugerem ajustes fiscais para promover o gasto público eficiente para incentivar a competitividade, melhorar a infraestrutura e os serviços públicos, além de não abandonar os programas sociais.

Uma reforma tributária, segundo os especialistas, favoreceria os mais pobres já que muitos impostos são cobrados na compra de produtos, para onde vai a maior parte da renda dos mais pobres.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/2015 - RBA

OIT: 56% dos habitantes de zonas rurais não têm acesso à saúde básica

Em estudo com 174 países, Organização Internacional do Trabalho mostra que disparidade entre campo e áreas urbanas ainda é grande, e que são necessários 10,3 milhões de profissionais de saúde no mundo

Um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que 56% das pessoas que vivem em zonas rurais em todo o mundo não têm acesso a serviços essenciais de saúde – mais que o dobro do registro nas zonas urbanas, onde 22% dos habitantes não têm cobertura. O relatório, que abrange 174 países, revela as grandes disparidades de acesso, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Segundo a OIT, é na África que se encontra o número mais elevado: 83%. Os países mais afetados são também os que têm maior índice de pobreza. As maiores disparidades entre as áreas rurais e urbanas, contudo, são observadas na Ásia. Por exemplo, na Indonésia, a porcentagem de pessoas não cobertas é duas vezes mais elevada no campo do que nas cidades.

"Décadas de falta de investimento na área interromperam os esforços para desenvolver sistemas nacionais de saúde, o que resultou no abandono da saúde nas zonas rurais. Isso tem um custo humano enorme. A saúde é um direito humano e deveria ser garantida a todos os habitantes de um país", declarou a diretora do Departamento de Proteção Social da OIT, Isabel Ortiz.

O estudo da OIT constata que sempre que o acesso à atenção médica está garantido pela lei, as pessoas nas zonas rurais são excluídas da atenção médica porque a legislação não se aplica onde eles vivem.

Mostra ainda que a situação se agrava pela falta de profissionais de saúde nas zonas rurais em todo o mundo e que, ainda que metade da população mundial viva nestas zonas, somente 23% da força de trabalho sanitária do mundo se destina a elas. A OIT estima que dos 10,3 milhões de trabalhadores de saúde que faltam em todo o mundo, 7 milhões deveriam ser designados para as zonas rurais.

África e América Latina são as duas regiões onde o problema é mais grave. Na Nigéria, por exemplo, mais de 82% da população rural está excluída dos serviços sanitários por conta do número insuficiente de trabalhadores da saúde, frente a 37% nas zonas urbanas.

A insuficiência de recursos está extremamente vinculada à falta de acesso aos serviços. O estudo da OIT mostra que a falta de recursos econômicos é quase duas vezes mais alta nas zonas rurais do que nas urbanas. Os déficits maiores se encontram na África. No entanto, enormes desigualdades existem também na Ásia e na América Latina.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/20145 - Portal Vermelho

Após balanço, deputados discutem futuro com presidente da Petrobras

A Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras se reúne nesta terça-feira (28), às 16h30, com o presidente da estatal, Aldemir Bendine, para tratar do balanço divulgado na semana passada e as estratégias de recuperação da empresa, além da definição de atividades da Frente em defesa da companhia, especialmente com relação aos projetos do PSDB de privatização, em trâmite no Congresso Nacional. O encontro ocorrerá na sede da Petrobras em Brasília.

"Nós vamos parabenizar o presidente da Petrobras por ter virado essa página (de denúncias de corrupção na Petrobras) com a publicação do balanço auditado para dar legitimidade ao processo de captação de recursos", adiantou o parlamentar.

O segundo assunto a ser abordado é sobre o futuro da Petrobras, "porque queremos garantir a continuação dos investimentos na área do refino no Brasil", explica Davidson Magalhães, para quem o país precisa ser autossuficiente em produtos beneficiados.

"Pode dar prejuízo agora, mas é estratégico para a economia nacional a discussão sobre o conteúdo nacional dos nossos produtos. Um dos grandes avanços do pré-sal foi garantir o conteúdo nacional, porque força o desenvolvimento da indústria naval e produtos de fornecedores, para evitar a Doença Holandesa, que faz com que o dinheiro produzido pelo petróleo saia na forma de compra desses produtos", afirma o deputado.

Segundo ele ainda, a conversa com Bendine é uma continuação da conversa que os membros da Frente Parlamentar tiveram com o vice-presidente Michel Temer. Naquela ocasião, os parlamentares defenderam a manutenção do projeto de partilha e a Petrobras como operadora única na exploração do pré-sal.

Esses projetos são estratégicos para o futuro do país, destaca Magalhães, afirmando que o vice-presidente se comprometeu com os projetos - que são projetos de governo - e a apoiar a articulação política para barrar os projetos da oposição em tramitação no Congresso.

Projetos oportunistas

"Projetos que são oportunistas e que visam os interesses das multinacionais no Brasil", destaca o deputado, em referência às propostas do PSDB de acabar com o regime de partilha e voltar ao modelo de concessão, e tirar a Petrobras como única operadora do pré-sal.

"A oposição, além de falar da corrupção, que nós também somos contra, entrou com projeto de lei para acabar com o regime de partilha", conta o deputado, acusando o PSDB e seus senadores - José Serra e Aloysio Nunes, ambos de São Paulo, de defenderem os interesses da petroleira Chevron.

A oposição também demonstra que defende os interesses das petroleiras estrangeiras quando apresentou outro projeto de lei que retira a Petrobras como única operadora do sistema do pré-sal. "Com a Petrobras executando a exploração e produção do petróleo, a gente afasta o risco de superfaturamento dos custos e garante a renda nas mãos do estado", explica o deputado, destacando que "em 10 anos seremos exportadores de petróleo e o Estado deve ter a propriedade do óleo e os recursos devem servir ao país", defende Magalhães.

A Frente Parlamentar em Defesa da Petrobras, presidida pelo deputado Davidson Magalhães, tem como demais componentes os senadores Roberto Requião (PMDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN) e os deputados Vicentinho (PT-SP), Aliel Machado (PCdoB-PR), Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Zeca do PT (Mato Grosso do Sul).

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/04/2015 - Carta Capital

Lei das terceirizações é desejo patronal de ampliar lucros

Comparados aos benefícios celetistas, os efeitos da nova lei representam, sim, grande perda para os trabalhadores em estratos de baixa renda

Discute-se o Projeto de Lei 4330/04 que interfere na Consolidação das Leis do Trabalho, um avanço social criado por Getúlio Vargas, em 1943.

Na década de 1960, uma tia, já falecida, se habilitava como datilógrafa em firmas de recrutamento para trabalhos temporários. Por um bom tempo, assim ganhou a vida na Ultrafértil, gigante do setor de fertilizantes.

Entre 1970 e 1975, trabalhei numa fábrica de tintas, em Guarulhos. O serviço apertava e o Departamento de Pessoal selecionava temporários. Auxiliares de produção, expedição, operadoras de envase. Ritmo mantido, ficavam em definitivo.

Década de 1980. Complexo têxtil, malharia e confecção com cerca de mil funcionários, na maioria mulheres. Mais exportações, Natal? Mais cortadeiras, overloquistas e empacotadoras temporárias.

Comparados aos benefícios celetistas, os efeitos da nova lei representam, sim, grande perda para os trabalhadores em estratos de baixa renda. Ponto.

"É simples", como escreveu Jânio de Freitas (Folha de São Paulo, 23/04): "Se a terceirização não fosse de conveniência das empresas, por que o empresariado a desejaria? (...) terceirização diminui a pouca distribuição de renda havida nos últimos anos e favorece ainda maior concentração".

A partir dos anos 1990, forçou-se a barra para economizar custos sociais nas folhas de pagamento. Globalização, menos valia chinesa, vantagens competitivas, outsourcings mal entendidos, estatísticas cegas, e outros vapores baratos tornaram a terceirização contraponto às contratações pela CLT.

O PJ (pessoa jurídica), individual ou em pequenos grupos, começou a correr solto. Políticos e economistas do ufano, com base no alto número de empresas abertas a cada ano no Brasil, diziam ser aqui onde mais se empreendia. Inocentes inúteis. Minhas pobres escritas perguntavam: tal empreendedorismo não é apenas fuga dos encargos sociais?

Por certo, há segmentos laborais com características de prestadores de serviços que podem e devem se constituir como pessoas jurídicas terceirizadas. Até porque é tendência, hoje, em médias e grandes empresas, parte da remuneração ser através de aferição de desempenho. Variável, pois.

O que hoje se propõe, no entanto, é uma falácia, com origem na forma "qualquer nota" de calcular os encargos. Os 55% contábeis subiram aos 70% e logo foram aos 100% (bastava dobrar o salário-base). Tem quem o triplique, fazendo o infinito parecer razoável.

Domingos, férias, períodos de gravidez, luto, horas de almoço, de xixi e cocô, passaram a ser incorporados ao custo do trabalhador. Pensam que brinco? Nada. Já vi e ouvi de tudo.

Leia mais em:
http://www.cartacapital.com.br/economia/lei-das-terceirizacoes-e-desejo-patronal-de-ampliar-lucros-8939.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

27/04/2015 - RBA

Governo Alckmin corta verbas de programa para alfabetização de jovens e adultos

Suspensão de repasse da secretaria estadual para entidades conveniadas ao programa Alfabetiza São Paulo deixa 15 mil cidadãos sem iniciação às primeiras letras

A secretaria de estadual de Educação de São Paulo cortou verbas do programa Alfabetização São Paulo para entidades conveniadas responsáveis pela educação de quase 15 mil jovens e adultos, que agora estão sem sem aulas.

Em Cotia, na região da grande São Paulo, a professora Regineide Alves da Silva, que há nove anos dava aulas em salas cedidas pela Cáritas Brasileira, da Igreja Católica, lamentou a suspensão das aulas: “Eram pessoas que buscavam com muita garra, com muita vontade, com muita determinação. Eles buscavam uma vida melhor”, falou à repórter Michele Gomes, do Seu Jornal, da TVT.

Outra entidade da cidade que também integrava o programa, o Conselho Comunitário de Educação, Cultura e Ação Social de Cotia, teve que fechar mais da metade das turmas e dispensar professores, por conta do corte de verbas. Desde 1997, o conselho recebia repasse de R$ 15 mil mensais para a alfabetização de cerca de 800 alunos. Hoje, são apenas 350.

"Os mais pobres, os mais fracos, aqueles que tem menos capacidade de reclamar é que foram cortados primeiro", afirmou José Bertuol, presidente do Conselho Comunitário, que relatou ainda casos de professores que estão trabalhando de graça para garantir a continuidade do projeto.